

## **TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL: DEPOIMENTOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS\***

**Maria Cristina Tissi\*\***

---

TISSI, M.C. Trabalho e inclusão social: depoimentos de pessoas com deficiências. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.10, n.1, p.11-6, jan./abr., 1999.

**RESUMO:** Trata-se de abordar a temática deficiência e trabalho partindo do eixo inclusão/ exclusão social. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas - depoimentos - de pessoas com deficiências físicas que atuam no comércio ambulante na cidade de São Paulo e da observação direta do trabalho. Foram analisadas as dimensões concretas e simbólicas atribuídas ao trabalho segundo os eixos da sociabilidade e da integração no trabalho usados por Robert Castel na abordagem de situações de precariedade. Os resultados mostram que, do ponto de vista do processo de trabalho, a atuação no comércio ambulante revela traços de degradação moral e política; opõe-se à cidadania, à liberdade de expressão de idéias e interesses, à manutenção e à garantia de direitos. Contraditoriamente, o comércio ambulante proporciona interações sociais com diversos agentes, expressando conflitos, mas também solidariedade e amizade. É também modalidade de integração econômica, ocorrendo nos interstícios da produção capitalista, de forma que os ambulantes inserem-se numa extensa trama de relações de trocas sociais. Inclusão e exclusão social não são pólos antagônicos. O que se coloca em questão são os elementos que concorrem na qualidade da inclusão realizada sob a exclusão social. Os indicadores encontrados revelam que a inclusão realizada é precária, precariedade menos da ordem material do que política e moral. Os entrevistados não podem ser considerados excluídos, tampouco constituem a zona de desfiliação, aproximando-se melhor da zona de vulnerabilidade caracterizada por Robert Castel.

**DESCRITORES:** Reabilitação. Pessoas deficientes, reabilitação. Socialização. Apoio Social.

---

---

\* Parte integrante da Dissertação de Mestrado: TISSI, M.C. *Deficiência e trabalho no setor informal*. Campinas, 1998. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

\*\* Terapeuta Ocupacional. Mestre em Saúde Coletiva pelo Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP.

**Endereço para correspondência:** Maria Cristina Tissi. Centro de Docência e Pesquisa em Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Rua Cipotânea, 51. Cidade Universitária. 05360-160. São Paulo, SP. e-mail: centroto@edu.usp.br

## INTRODUÇÃO

Preende-se abordar a temática “deficiência e trabalho” a partir do eixo inclusão-exclusão social, apresentando resultados de estudo exploratório de corte qualitativo realizado na perspectiva sócio-antropológica junto a pessoas com deficiências físicas que atuam no setor informal como vendedores ambulantes, na cidade de São Paulo.

### REABILITAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS

A história da reabilitação, nos países centrais, é marcada por processos determinados em função dos investimentos que a sociedade, particularmente o Estado, realizou na sua força de trabalho. Desta forma, a formação do campo da reabilitação esteve submetida, em especial nos períodos pós-guerras, aos movimentos de expansão e retração da produção e, em consequência, da capacidade de absorção da força de trabalho pelo mercado (SOARES)<sup>7</sup>. As concepções e práticas que originalmente compunham o campo da reabilitação, baseadas na noção de que as pessoas com deficiências deveriam ser produtivas (contrapondo-se à idéia da impossibilidade de intervenção técnica nas deficiências), influenciaram o modelo tecno-assistencial constituído no Brasil. Assim, a capacitação para o trabalho, através de práticas realizadas com base em um ideal normativo investido, principalmente, sobre o corpo, foi adotada como estratégia que conduziria à integração social, esta última representando a capacidade de ser produtivo.

Os processos de exclusão social que incidem sobre pessoas com deficiências manifestam-se de formas específicas relacionadas às respostas sociais às deficiências, mas também genéricas ao lugar que ocupam diante do mercado de trabalho e à sua posição de classe. Sua análise requer, pois, situá-los no bojo dos processos de exclusão mais gerais da sociedade.

Autores que abordam a questão da exclusão social concordam que a terminologia *exclusão* não expressa o conteúdo do processo social que se pretende descrever.

MARTINS<sup>6</sup> adota a expressão *inclusão precária* para designar aquelas situações comumente chamadas de exclusão social, buscando dar conta

dos movimentos de exclusão e *reinclusão* que são próprios da sociedade capitalista. Afirma que a inclusão no mercado de trabalho pode significar a inclusão “no mercado possível de uma sociedade excludente” (p.33). A *reinclusão* pode se dar num plano econômico, servindo à sobrevivência, continua o autor, mas não se realizar no plano social. Assim “(...) a pessoa não se reintegra numa sociabilidade normal”, podendo haver a integração econômica ao lado da desintegração moral e social (MARTINS, 1997, p.33)<sup>6</sup>.

As situações que envolvem precariedade, que, como visto, nem sempre é econômica, expressam os movimentos do capital que resultam em processos excludentes, mas também revelam os movimentos realizados por atores sociais em busca da sobrevivência - integração econômica - e da inserção numa rede relacional. Há um sujeito na situação, parece indicar o autor trazendo a análise para a esfera dos atores sociais:

“(...) rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva” (MARTINS, 1997, p.14)<sup>6</sup>.

Nesta direção, são várias as análises que associam outros elementos, além dos econômicos, à compreensão do fenômeno da exclusão social.

CASTEL<sup>4</sup> dá ênfase, na abordagem das situações de privação, aos aspectos relativos à sociabilidade. Considera que não somente a insuficiência de recursos materiais ameaçam as populações vulneráveis, mas também a labilidade de seu tecido relacional as fragiliza. A privação comportaria, pois, a dissociação do vínculo social - desfiliação.

Sugere encarar as situações de privação como “um efeito na conjunção de dois vetores: um eixo de integração/ não integração pelo trabalho e um eixo de inserção/ não inserção em uma sociabilidade sócio-familiar” (CASTEL, 1994, p.23)<sup>4</sup>. O recorte dos dois eixos, da integração no trabalho e da inserção relacional, configuram, para o autor, zonas diferentes do espaço social. A zona de integração supõe garantias de trabalho permanente e a possibilidade de mobilizar suportes relacionais sólidos; a zona de

vulnerabilidade é aquela onde o eixo do trabalho é precário e as redes relacionais frágeis; a zona de exclusão - desfiliação -, por sua vez, conjuga ausência de trabalho e isolamento social.

Cabe ainda apontar na direção tomada por SPOSATI<sup>8</sup>, ao afirmar o significado da exclusão social como:

*"(...) a impossibilidade de poder partilhar da sociedade leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população. Por isso a exclusão social não é só pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. É, portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade" (p.13).*

O objetivo da integração social, que norteia práticas de reabilitação tendo a inserção no trabalho como um dos seus elementos, mostra ser um processo complexo com múltiplas dimensões e contraditório.

### **MATERIAL E MÉTODOS**

Os dados foram coletados no período de outubro de 1997 a maio de 1998 através da observação direta do trabalho e de entrevistas semi-estruturadas (depoimentos) realizadas com treze pessoas com deficiências físicas que atuam nas regiões de Pinheiros e Centro, SP.

A análise das relações estabelecidas com o trabalho, concretas e simbólicas, foi realizada tendo em conta dois eixos: da integração econômica e da sociabilidade, buscando compreender a inter-relação entre inserção no trabalho e inclusão social.

### **RESULTADOS**

As trajetórias de trabalho precário, a falta de profissão, de escolaridade, de capital e de alternativas entre os entrevistados revelam que sua entrada no comércio ambulante foi resultado de processos

excludentes já manifestos que aprofundaram-se com a aquisição da deficiência.

O comércio ambulante mostrou ser um espaço de conflitos, de ausência de direitos e de cumprimento às leis. Espaço de violência e tirania, de ausência de representatividade e de visibilidade de interesses e, também, de ausência de participação na elaboração de políticas.

A permanência de um esquema de corrupção, mesmo sob o conhecimento de autoridades públicas e da imprensa, a imposição de subordinação (aos fiscais, ambulantes e outros agentes sociais) sob a ameaça ou a concretização de violência, o não cumprimento pelo poder público da legislação pertinente ao comércio ambulante, constituem-se em formas que acompanham o trabalho, agravadas pelo controle repressivo sobre o comércio ambulante na atual gestão municipal.

O comércio ambulante é, nestas condições, espaço de medo, de insegurança, de incertezas, lugar de calar-se, de conformar-se, de arranjar-se como possível.

O trabalho no comércio ambulante é considerado cansativo e humilhante. Cansativo porque o período de trabalho em geral é longo, exige esforços acentuados para chegar à banca, principalmente para aqueles que têm dificuldades de locomoção; há o desgaste mental gerado pela expectativa de vender e obter rendimentos para cobrir as dívidas, além das variações climáticas, que geram instabilidade nas vendas. A estas inseguranças associam-se aquelas relacionadas ao destino a lhes ser dado pela Prefeitura (no momento da pesquisa o comércio ambulante estava em processo de acentuada restrição na cidade de São Paulo); quando não, as tensões com os fiscais ou outros ambulantes.

Há a desvalorização moral, a humilhação provocada pelos fiscais da Prefeitura, pela polícia, pelos comerciantes, pelas pessoas que passam pelas bancas que concebem os vendedores ambulantes como vagabundos, bandidos, traficantes, e pela imprensa, muitas vezes citada como responsável por essa imagem.

Vários elementos concorrem, portanto, para que o trabalho no comércio ambulante seja considerado excludente. Mas, pode ser visto também como espaço de inclusão?

A maioria dos entrevistados iniciou no comércio ambulante como única opção disponível. Buscavam

transformar situações, deixar a zona rural, a exploração, a fome e a miséria para sustentar-se, melhorar rendimentos, enfim, sobreviver e reproduzir a si mesmos e à família. Entraram no comércio ambulante buscando a integração econômica, e esta, de certa forma, realiza-se.

Mesmo sendo concebido negativamente na maioria dos depoimentos, o trabalho ambulante oferece possibilidades para interações sociais, sejam boas ou ruins. A interação é realizada com diversos agentes, algumas relações sendo conflitivas ou superficiais, outras de amizade ou que expressam solidariedade.

Num outro plano de análise, o comércio ambulante interage com as unidades tipicamente capitalistas de produção. Ocorre nos interstícios da produção capitalista, sendo forma de escoamento da sua produção e de fomento de outras atividades produtivas tipicamente capitalistas que lhes fornecem infra-estrutura, além de propiciar espaço para outras atividades informais (CACCIAMALI, DEDDECA; FERREIRA)<sup>1,2,5</sup>.

Os vendedores ambulantes inserem-se, pois, numa extensa trama de relações de trocas sociais, de diversos tipos e qualidades. Seria, portanto, errôneo qualificá-lo somente como espaço de exclusão. É também espaço de inclusão. É buscando integrar-se economicamente, buscando meios de sobrevivência e reproduzindo-se como trabalhadores que os entrevistados entraram no comércio ambulante e, de fato, interagem com o mercado produtivo, sendo também inegável que o trabalho proporciona rendimentos que permitem a sobrevivência e o sustento da família.

No plano da sociabilidade, o trabalho opõe-se ao isolamento, sendo pelos entrevistados como elemento que proporciona saúde mental. É certo, também, que a condição ética de trabalhador (CALDEIRA, TELLES, ZALUAR)<sup>3,9,10</sup> é valorizada, sendo suas expressões ter onde morar, ter condições de criar e prover estudo aos filhos, constituir família, opondo-se à improdutividade, à dependência, à desonestidade e à pobreza. Os informantes constituem-se, assim, como trabalhadores e provedores da família, o que lhes confere a dignidade e o respeito na rede de relações pessoais, incluindo familiares, amigos e vizinhos.

O comércio ambulante, portanto, não é exclusão, não é extermínio. É, para os entrevistados, espaço

de participação, mesmo que de forma precária, da vida social, das contradições sociais, mesmo sob violência. Ainda que dentro de limites estreitos, é possibilidade de autonomia, de decisão, de gestão das próprias vidas. São manifestos no grupo os esforços realizados (e seus resultados) na direção de uma integração que se realize através do trabalho, que além de econômica se dê no plano da sociabilidade, ainda que a dignidade seja ameaçada e predominem sentimentos de humilhação.

Desta forma, o plano da sociabilidade - integração/desintegração social e moral - mostra-se bastante contraditório. Do ponto de vista do processo de trabalho, a atuação no comércio ambulante revela traços de degradação moral e política; opõe-se à cidadania, à liberdade de expressão de idéias e interesses, à manutenção e à garantia de direitos. Tomada de outra forma, a inserção no trabalho permite, na realização de sua dimensão simbólica, ganhos morais e éticos associados à identidade de trabalhador.

## DISCUSSÃO

Na situação estudada percebemos que é impossível tomar a exclusão como um pólo antagônico à inclusão. Os ambulantes com deficiências fazem parte de um processo produtivo e, mais do que isso, de um processo social que se desdobra em múltiplas relações e dimensões sociais. Por outro lado, há processos excludentes que se manifestam no seu interior, que por sua vez estão vinculados a um processo mais geral desencadeado na sociedade que denominamos exclusão social (SPOSATI)<sup>8</sup>.

O que se coloca em questão são os elementos que concorrem na qualidade da inclusão realizada *sob* a exclusão social. A ausência de representatividade de seus interesses, manifesta na falta de legitimidade que os entrevistados percebem nos organismos representativos, sejam sindicatos, associações ou poder legislativo, a não visibilidade pública de sua condição, a falta de acesso a direitos, são indicadores de que a inclusão realizada é precária. Precariedade que é, pois, menos da ordem material do que política e moral.

Desta forma, podemos tomar o trabalho na sua dimensão concreta como um eixo de inclusão que se realiza através da integração econômica e da inserção no campo da sociabilidade, permitindo renda e seus corolários (sustento próprio e da família, sobrevivência, acesso ao consumo e a recursos materiais) e a ampliação

da rede de relações sociais. Estes ganhos vinculam-se àqueles que constituem o plano simbólico, das representações, como são os valores éticos e morais associados à inserção no trabalho e aos seus resultados materiais, expressos na dignidade por constituir e prover o sustento da família e por opor-se, como concebem os entrevistados, aos “vagabundos”, aos “que não têm disposição ou capacidade para o trabalho” e aos “mendigos”, categorias ligadas à desonestidade.

### CONCLUSÕES

Os entrevistados, como visto, não podem ser considerados excluídos. Tampouco constituiriam a zona de desfiliação. Talvez seja mais apropriado considerar que aproximam-se da denominada, por CASTEL<sup>4</sup>, zona de vulnerabilidade: instabilidade ocupacional e relacional. A instabilidade ocupacional vivida no comércio ambulante é evidente na situação estudada, assim como é contraditório o eixo da sociabilidade/relacional. Contudo, os entrevistados revelam

dinamismo frente às adversidades, mostrando habilidades para adaptar-se, para elaborar estratégias de sobrevivência, para formular arranjos e re-arranjos, para recompor concepções, ainda que não se apresentem coletivamente dando visibilidade aos seus interesses no confronto de classes.

Frente à ameaça de não trabalho, novas alternativas de integração econômica são configuradas pelos entrevistados.

Por outro lado, tomando o campo da sociabilidade, ainda que as relações estabelecidas através do trabalho sejam frágeis, e assim também as redes de solidariedade presentes na sociedade, nada sugere que se coloquem sob risco de isolamento, a menos que houvessem rupturas significativas (e com tendência a se prolongarem) nas várias dimensões resultantes do trabalho.

Isso não significa que a ameaça de desfiliação seja irreal: o tipo de inserção social, pelas várias razões já analisadas, submete-os, enquanto segmento social, à precariedade e aos seus riscos.

---

TISSI, M.C. Work and social inclusion: disabled people's testimony. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.10, n.1, p.11-6, jan./abr., 1999.

**ABSTRACT:** The thematic of disability and work was approached using the axis of social inclusion/exclusion. The data were collected from semi-structured interviews with disabled people that work as street paddler in the city of São Paulo and from observations. The concrete and symbolic dimensions attributed to the work were analysed using the axes of sociability and integration on the workplace adopted by Robert Castel. The results shows that working on the traveling trade reveals moral and political degradation. It is opposed to citizenship, free expression of ideas and warranty of rights. Although, it provides social interaction that includes conflicts, but also solidarity and friendships. The travelling trade is also a modality of economic integration. It occurs in the gap of capitalist production. So, the workers behave to an extensive social relationships net.

**KEY WORDS:** Rehabilitation. Disabled persons, rehabilitation. Socialization. Social support.

---

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CACCIAMALI, M.C. *As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda*. s.n.t. 20p. (Trab. Doc. FEA)[mimeo]
2. CACCIAMALI, M.C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo : IPE/USP, 1983 (série ensaios econômicos, 26).

TISSI, M.C. Trabalho e inclusão social: depoimentos de pessoas com deficiências. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.10, n.1, p.11-6, jan./abr., 1999.

3. CALDEIRA, T.P. do R. *A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo : Brasiliense, 1984.
4. CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. *Saúde loucura*, 4. São Paulo : Hucitec, 1994.
5. DEDDECA, C.S., FERREIRA, S.P. *O setor informal no funcionamento do mercado de trabalho urbano*. Campinas, 1990. 62p. [mimeo]
6. MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo : Paulus, 1997.
7. SOARES, L.B.T. *Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho? Retrospectiva histórica da profissão no estado brasileiro de 1950 a 1980*. São Carlos, 1987. Dissertação (mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos.
8. SPOSATI, A. *Mapa da exclusão/inclusão na cidade de São Paulo*. São Paulo : EDUC, 1996.
9. TELLES, V. da S. A pobreza como condição de vida. Família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. *São Paulo em Perspectiva*, v.4, n.2, p.37-45, 1990.
10. ZALUAR, A. *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1994.

Recebido para publicação: 04/02/1999

Aceito para publicação: 27/02/1999